

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

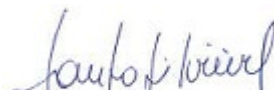
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 8 de maio de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Balço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
ATIVOS CIRCULANTES				PASSIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	206.122	159.180	Fornecedores e contas a pagar	12	35.798	40.133
Contas a receber	6	27.145	26.166	Impostos a recolher		6.472	10.403
Estoque		1.023	872	Financiamento	13	7.677	421
Impostos a recuperar	7	21.967	762	Obrigações trabalhistas	14	7.995	7.784
Adiantamentos diversos		407	2.636	Repasse para terceiros		2.577	2.226
Despesas antecipadas	8	3.274	1.567	Partes relacionadas	15	37.711	20.439
Total dos ativos circulantes		259.938	191.183	Outorga variável	17	11.295	11.506
				Adiantamento de clientes		2.725	-
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Impostos diferidos	24	8.566	13.942	Outras contas a pagar		1.539	483
Impostos a recuperar	7	47.950	-	Total dos passivos circulantes		113.789	93.395
Depósito judicial		3.796	130	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Fundo restrito	13(iv)	19.869	8.898	Financiamento	13	441.792	201.092
Imobilizado	9	779	7	Provisão para manutenção técnica	16	10.443	6.044
Intangível	10	1.705.169	1.346.621	Outorga da concessão a pagar	17	340.814	304.016
Total dos ativos não circulantes		1.786.129	1.369.598	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	1.300	-
				Total dos passivos não circulantes		794.349	511.152
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19	1.124.948	973.372
				Custo na emissão de ações	19.2	(3.804)	(3.228)
				Reserva de lucros		16.785	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		-	(13.910)
				Total do patrimônio líquido		1.137.929	956.234
TOTAL DOS ATIVOS		2.046.067	1.560.781	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.046.067	1.560.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	20	196.986	200.816
Receita de construção	20	<u>437.568</u>	<u>258.016</u>
		634.554	458.832
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	21(b)	(108.433)	(134.471)
Custo de construção	21(a)	<u>(437.568)</u>	<u>(258.016)</u>
LUCRO BRUTO		88.553	66.345
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(17.245)	(27.474)
Outras despesas		<u>(1.257)</u>	<u>(941)</u>
		(18.502)	(28.415)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		70.051	37.930
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	12.560	2.744
Despesas financeiras	23	<u>(41.404)</u>	<u>(35.160)</u>
		(28.844)	(32.416)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		41.207	5.514
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	24	(12.568)	(3.698)
Diferidos	24	(5.376)	2.722
Incentivo fiscal Sudene	24	<u>7.432</u>	<u>-</u>
		(10.512)	(976)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>30.695</u>	<u>4.538</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	27	<u>0,029</u>	<u>0,004</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>30.695</u>	<u>4.538</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>30.695</u></u>	<u><u>4.538</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Integralizado	Custo na emissão de ações	Reserva de lucro			Lucro (Prejuízo) acumulado	Patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de Incentivo fiscal	Dividendos propostos		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018		706.041	(2.656)	-	-	-	(18.448)	684.937
Integralização de capital social	19.1	150.526	-	-	-	-	-	150.526
Aumento de capital social	19.1	116.805	-	-	-	-	-	116.805
Custos na emissão de ações	19.2	-	(572)	-	-	-	-	(572)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.538	4.538
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		973.372	(3.228)				(13.910)	956.234
Integralização de capital social	19.1	151.576	-	-	-	-	-	151.576
Custos na emissão de ações	19.2	-	(576)	-	-	-	-	(576)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	30.695	30.695
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal		-	-	839	-	-	(839)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24	-	-	-	7.432	-	(7.432)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	8.514	(8.514)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.124.948	(3.804)	839	7.432	8.514	-	1.137.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		30.695	4.538
Ajustes para conciliar o lucro líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	24	5.376	(2.722)
Depreciação e amortização	21	18.354	32.384
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	23	36.798	33.357
Provisão para manutenção técnica	21	4.399	4.704
Juros e variações monetárias, líquidas		2.259	(68)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 22	1.626	10.398
Provisão para outorga variável	28	-	11.506
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	1.300	-
Amortização do custo de captação	13	257	-
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		(2.605)	(36.564)
Estoque		(151)	(872)
Impostos a recuperar		1.046	(490)
Despesas antecipadas		(1.707)	855
Adiantamentos diversos		2.229	(2.561)
Deposito judicial		(3.666)	(130)
Fornecedores e contas a pagar		(4.335)	13.018
Obrigações trabalhistas		211	6.856
Impostos a recolher		885	11.778
Repasses para terceiros		351	2.226
Partes relacionadas		17.272	20.440
Outorga variável	17	(211)	
Outras contas a pagar		1.056	482
Adiantamento de clientes		2.725	-
Juros pagos - financiamento	13	(11.543)	(2.142)
Impostos pagos		(4.814)	(1.612)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.807	105.381
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado	9	(781)	(7)
Adições ao intangível	10(ii)	(437.568)	(308.798)
Adições ao fundo restrito	13 (iv)	(10.242)	(8.803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(448.591)	(317.608)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	19.1	151.576	150.526
Custos na emissão de ações	19.2	(576)	(572)
Captação de financiamento	13	247.000	210.101
Pagamento de financiamento	13(iii)	(240)	
Custos de captação de financiamento	13	(34)	(9.035)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		397.726	351.020
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		46.942	138.793
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	159.180	20.387
No fim do exercício	5	206.122	159.180
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		46.942	138.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita bruta de serviços prestados	20	226.619	231.064
Receita de construção	20	437.568	258.016
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção		(437.568)	(258.016)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros		(80.717)	(104.425)
VALOR ADICIONADO BRUTO		145.902	126.639
Depreciação e amortização	21	(18.354)	(32.384)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		127.548	94.255
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	23	12.560	2.744
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		140.108	96.999
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		18.517	19.732
Benefícios		3.506	2.540
FGTS		1.020	808
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		35.935	26.255
Estaduais		6	-
Municipais		8.001	7.966
Remuneração de capitais de terceiros:			
Encargos sobre outorga	23	36.798	33.357
Juros	23	2.260	-
Doações e Patrocínios		139	-
Alugueis		886	-
Outros		2.345	1.803
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro retido		30.695	4.538
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		140.108	96.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“CASSA” ou “Companhia”) foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães (“Aeroporto de Salvador”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura e do complexo aeroportuário composto pelas seguintes fases:

- (a) FASE I-A - Transferência das operações do aeroporto sob comando Infraero para a Companhia.
- (b) FASE I-B – Reforma e ampliação do aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviço com prazo requerido até outubro de 2019.
- (c) FASE I-C - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do aeroporto para recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - (“PEA”).
- (d) FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA.

A Fase I-A está dividida em três estágios assim compostos:

- i. apresentação pela Companhia e aprovação pela ANAC de um plano de transferência das operações do Aeroporto de Salvador (Plano de Transferência Operacional – PTO). Durante este estágio a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) ainda era responsável pelas operações do Aeroporto de Salvador. O PTO foi aprovado no dia 23 de outubro de 2017.
- ii. execução do Plano de Transferência e operação assistida. Neste estágio a Infraero permanece como responsável pelo Aeroporto de Salvador com o monitoramento direto da Companhia. Esse estágio foi concluído em 1 de janeiro de 2018.
- iii. operação de transição - neste último estágio da fase I-A, que iniciou em 2 de janeiro de 2018 a Companhia passa a ter a responsabilidade pelo Aeroporto de Salvador com o apoio da Infraero. A partir desse estágio a Companhia já é responsável por toda a operação e todas as áreas correlatas. A partir dessa fase a Companhia reconhece as receitas e custos associados às operações do Aeroporto de Salvador. Esse estágio foi concluído em 31 de março de 2018.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto de Salvador, a Companhia pagou uma contribuição inicial fixa de R\$663.966 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e sessenta e seis mil reais), decorrente da oferta realizada no respectivo leilão, e se obriga a pagar à União uma contribuição futura fixa, corrigida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, referente ao valor nominal de R\$ 956.857 (novecentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais) a serem pagos em parcelas anuais pelo período de 30 anos, sendo cinco de carência inicial, assim compostos:

<u>Descrição</u>	<u>Período</u>	<u>Contribuição</u>
------------------	----------------	---------------------

1º ao 5º ano	30/08/2017 a 29/08/2022	-
6º ano	30/08/2022 a 29/08/2023	8.320
7º ano	30/08/2023 a 29/08/2024	16.641
8º ano	30/08/2024 a 29/08/2025	24.961
9º ano	30/08/2025 a 29/08/2026	33.282
10º ao 30º ano	30/08/2026 a 30/08/2046	873.653

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de: embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.3. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base

em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Benefício fiscal

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

3.5. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.6. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada em base linear ao longo do prazo da concessão.

3.7. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os

valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 13).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 7,79% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.9. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide Nota explicativa nº 16.

3.10. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

3.11. Reconhecimento de receita

(i) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais

do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a receita e custo de construção representam o montante de R\$ 437.568 (R\$ 258.016 em 2018).

3.12. Lucro (Prejuízo) por ação básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.13. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.14. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto</u>
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil ¹	Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17 / CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 / ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.	A Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Financeiras e concluiu que não há efeito.
IFRS 17 – Contratos de Seguro ²	A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).	A Companhia avaliou os impactos e concluiu que não terá impactos significativos oriundos da adoção.

¹Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

²Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 24).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Ao mensurar a PECLD a companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2018 linearmente. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado de acordo com a curva de demanda de passageiros, respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo fixo	76	24
Bancos conta movimento	3.580	4.419
Aplicação financeira	<u>202.466</u>	<u>154.737</u>
	<u><u>206.122</u></u>	<u><u>159.180</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019, Caixa e equivalentes de caixa que é composto, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber - Concessão	39.169	36.564
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(12.024)	(10.398)
	<u>27.145</u>	<u>26.166</u>

(a) Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	(10.398)	
Adições	(1.626)	(10.398)
Saldo no final do exercício	<u>(12.024)</u>	<u>(10.398)</u>

A Companhia sempre mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de créditos esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da provisão financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para a maior parte do contas a receber vencidas há mais de 60 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição por idade de vencimento

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	21.633	21.858
<30	1.092	2.513
31-60	443	1.056
61-90	349	3.325
91-120	1.752	1.724
>120	13.900	6.088
	<u>39.169</u>	<u>36.564</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Crédito de pis e cofins	67.220	-
IRRF sobre aplicações financeiras	2.020	436
Outros créditos tributários	677	326
	<u>69.917</u>	<u>762</u>
Circulante	21.967	762
Não circulante	47.950	-
	<u>69.917</u>	<u>762</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 3.274 (R\$ 1.567 em 2018), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos Contratos.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

(i) Composição do imobilizado

		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software	5%	493	(1)	492	-
Moveis e utensilios	10%	17	(2)	15	7
Máquinas e equipamentos	10%	276	(6)	270	-
Outros Imobilizados		2		2	-
		<u>788</u>	<u>(9)</u>	<u>779</u>	<u>7</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	7	72
(+) Adição	781	7
(-) Depreciação	(9)	-
(-) Transferência para intangível(nota 10ii)	-	(72)
Saldo no final do exercício	<u>779</u>	<u>7</u>

10. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Taxas anuais de amortização (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Intangível em infraestrutura					
Investimento para concessão	(*)	696.814	(3.290)	693.524	8.310
Software	20	5.423	(1.383)	4.040	4.305
Outorga da concessão	(*)	1.052.412	(56.329)	996.083	1.010.902
Intangível em formação		<u>11.522</u>	<u>-</u>	<u>11.522</u>	<u>323.104</u>
		<u>1.766.171</u>	<u>(61.002)</u>	<u>1.705.169</u>	<u>1.346.621</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados, considerando o prazo de concessão através do método curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2019 é de 1,47%. A adoção da amortização pela curva de tráfego ocorrida em 2019 é prospectiva, conforme CPC 23.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados juros líquidos referentes aos financiamentos no valor de R\$ 9.527 (R\$ 2.563 em 2018).

(ii) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	1.346.621	923.789
(+) Adição	437.568	324.187
(+) Encargos capitalizados líquidos (**)	9.527	2.563
(+) integralização de capital (Nota 17.1)	-	116.805
(+) Transferência do imobilizado	-	72
(+) Reconhecimento de outorga (Nota 26)	-	11.589
(-) Amortização	(18.345)	(32.384)
(-) Crédito impostos sobre aquisições (*)	(70.202)	-
Saldo no final do exercício	<u>1.705.169</u>	<u>1.346.621</u>

(*) Créditos obtidos nas contribuições de pis e cofins sobre as aquisições para incorporação das obras de ampliação e reforma do aeródromo ao intangível da Companhia.

(**) Resultante da soma de juros sobre financiamentos de R\$ 10.256 (Nota 13iii) e rendimento das aplicações financeiras de R\$ 729.

11. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERAVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Em 2019, não houve indicativos de perdas na recuperabilidade dos ativos.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores diversos	32.183	30.570
Outras contas a pagar	3.615	9.563
	<u>35.798</u>	<u>40.133</u>

13. FINANCIAMENTO

(i) Composição

	<u>Moeda</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Banco do Nordeste ("BNB")	R\$	458.255	210.522
Custos de captação	R\$	(8.786)	(9.009)
		<u>449.469</u>	<u>201.513</u>
(-) Circulante		<u>7.677</u>	<u>421</u>
Não circulante		<u>441.792</u>	<u>201.934</u>

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no valor de R\$516.718, com liberação em 4 parcelas, sendo que, até 31 de dezembro de 2019, foram liberadas 3 parcelas totalizando o montante de R\$ 457.101. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual.

O contrato de financiamento com o BNB detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores") e fundo de reserva. Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão.

A companhia possui todas as obrigações relacionadas aos contratos de dívida (covenants) atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Prazo de vencimento

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>
2020	6.282
2021	13.754
2022	15.604
2023	16.783
2024	17.815
2025 até 2038	<u>388.017</u>
	<u>458.255</u>

(iii) Movimentação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	201.513	-
Captações	247.000	210.101
Encargos capitalizados (Nota 10ii)	10.256	2.563
Despesa com juros	2.260	-
(-) Pagamento de principal	(240)	-
(-) Juros pagos	(11.543)	(2.142)
Custo de transação	(34)	(9.035)
Amortização do custo de transação	257	26
Saldo em 31 de dezembro	449.469	201.513

(iv) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica de Fundo restrito no montante de R\$ 19.869 (Principal – R\$ 19.152 e Juros – R\$ 833), R\$8.898 em 2018, é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas do financiamento com o BNB.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Funcionários Infraero (a)	3.441	3.441
Participação nos lucros e resultados - ("PLR")	1.428	933
Provisão de férias	1.745	1.481
Outras obrigações	<u>1.381</u>	<u>1.929</u>
	<u>7.995</u>	<u>7.784</u>

- (a) Refere-se a custos com reembolso de folha de pagamento dos funcionários da INFRAERO cedidos à CASSA nos três primeiros meses de operação, durante o período de transição (Estágio 3, Fase I A), conforme disposto no item 2.26.3 do contrato de concessão.

15. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2019					2018
	Saldo contábil	Transações				Saldo contábil
	Fornecedores	Gastos Capitalizados	Receita de Construção	Custo de Construção	Despesas	Fornecedores
VINCI Airports SAS (i)	25.895	2.209			7.454	17.456
Oengenharia (ii)	11.816	104.932	104.932	(104.932)	-	2.598
Soletanche Freyssinet (iii)						234
Vinci Mobility (iv)						152
Total	<u>37.711</u>	<u>107.141</u>	<u>104.932</u>	<u>(104.932)</u>	<u>7.454</u>	<u>20.440</u>

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS relativos à obra, gastos com apoio a implantação do projeto da concessão, consultoria técnica, contratação de seguros e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão do complexo aeroportuário de Salvador.
- (iii) Refere-se a serviços de consultoria técnica.
- (iv) Refere-se a gastos incorridos relacionadas a obra, implantação de projetos e reembolso de despesas.

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 10.443 (R\$6.044 em 2018) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares, com previsão de gastos mais relevantes a partir de 2022.

17. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

(i) Outorga fixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contribuição futura fixa	261.029	261.029
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	79.785	42.987
	<u>340.814</u>	<u>304.016</u>

A outorga futura fixa apresenta um valor nominal de R\$956.851 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 7,79 % a.a. para o cálculo do valor presente.

(ii) Outorga variável

A companhia registrou provisão a pagar de outorga variável no montante de R\$ 11.295 (11.506 em 2018), no passivo circulante.

Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável conforme estabelece o contrato de concessão:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita bruta antes das deduções	226.619	231.064
Cancelamentos	<u>(713)</u>	<u>(951)</u>
	225.906	230.113
Percentual	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Contribuição variável	<u>11.295</u>	<u>11.506</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CIVEIS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias no valor de R\$ 1.300 classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis. A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$ 2.141.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 990 ações emitidas pela VINCI Airports SAS (“VINCI”) e 10 ações emitidas pela Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. (“Participações”), no valor de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Vinci e Participações.

Em 2018 foram integralizados pelo acionista VINCI o montante de R\$150.526 no capital da companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$116.805 mediante a emissão de 116.804.704 (cento e dezesseis milhões, oitocentas e quatro mil, setecentas e quatro) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no valor patrimonial, totalmente subscritas e a integralizadas pelo acionista Participações.

Em 30 de abril de 2019 foi integralizado pelo acionista VINCI o montante de R\$ 116.443 no capital da Companhia.

Em 15 de outubro de 2019 foi integralizado pelo acionista VINCI o montante de R\$ 35.133 no capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social e o quadro acionário da Companhia está representado a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais			2019	2018
			subscrito	a integralizar	Capital - R\$ integralizado	Capital - R\$ integralizado
Vinci Airports SAS	88,76%	1.002.456	1.002.456	(1.373)	1.001.083	849.507
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	11,24%	126.931	126.931	(3.065)	123.865	123.865
	<u>100,00%</u>	<u>1.129.386</u>	<u>1.129.386</u>	<u>(4.438)</u>	<u>1.124.948</u>	<u>973.372</u>

19.2. Custos na emissão de ações

A companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital, o qual para 31 de dezembro de 2019 monta o valor de R\$ 3804 (R\$3.228 em 2018).

19.3. Reservas de lucros

19.3.1 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2019 a Companhia constituiu o montante de R\$ 829 de reserva legal. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Abaixo demonstramos o cálculo:

	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do Exercício	30.695
Absorção do prejuízo	<u>(13.910)</u>
	16.785
Percentual	<u>5%</u>
Reserva legal	<u>839</u>

19.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no montante de R\$ 7.432 referente a fruição do regime de redução de 75% do IRPJ da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

19.3.3 Dividendos propostos

Proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

20. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Receita operacional

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de embarque e conexão	116.807	117.919
Receita de pouso e permanência	28.047	29.023
Receita de armazenagem e capatazia	14.461	12.362
Receita de cessão de espaço	67.209	71.669
Outras receitas	<u>95</u>	<u>91</u>
	226.619	231.064
Deduções da Receita	(29.633)	(30.248)
Receita líquida	<u>196.986</u>	<u>200.816</u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2019, o montante referente a receita de construção foi de R\$ 437.568 (R\$258.016 em 31 de dezembro de 2018).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 437.568 (R\$258.016 em 31 de dezembro de 2018) como custo de construção.

(b) Custo operacional

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custos com pessoal	(8.094)	(7.927)
Honorários da diretoria	(2.436)	(2.267)
Operações aeroportuárias	(33.826)	(39.011)
Depreciação e amortização (Notas 9 e 10)	(18.354)	(32.384)
Material, equipamentos e veículos	(1.622)	(1.275)
Gastos gerais	(15.475)	(11.504)
Conservação e manutenção	(8.757)	(20.477)
Seguros e Garantias	(4.175)	(3.416)
Provisão de manutenção técnica	(4.399)	(4.704)
Outorga Variável	<u>(11.295)</u>	<u>(11.506)</u>
	<u>(108.433)</u>	<u>(134.471)</u>

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas com pessoal	(9.500)	(9.304)
Honorários da diretoria	(1.046)	(973)
Consultoria e assessoria	(2.061)	(3.482)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.392)	(1.238)
Gastos gerais e administrativos	(1.194)	(1.506)
Viagens	(426)	(572)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.626)</u>	<u>(10.398)</u>
	<u>(17.245)</u>	<u>(27.474)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos	-	16
Rendimento de aplicação financeira	9.177	1.934
Juros recebidos	593	790
Outras receitas financeiras	<u>2.790</u>	<u>4</u>
	12.560	2.744
Despesa financeira		
Encargos sobre outorga	(36.798)	(33.357)
Juros sobre financiamento	(2.260)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(182)	(191)
Variação cambial passiva	(3)	(847)
Outras despesas financeiras	<u>(2.161)</u>	<u>(765)</u>
	<u>(41.404)</u>	<u>(35.160)</u>
	<u>(28.844)</u>	<u>(32.416)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$ 8.566 (R\$ 13.942 em 31 de dezembro de 2018), calculados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IR e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa (34%)	1.850	7.343
IR e CSLL diferença fiscal temporaria (34%)	<u>6.716</u>	<u>6.599</u>
Ativo de imposto diferido (líquido)	<u>8.566</u>	<u>13.942</u>

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	41.207	5.514
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(14.010)	(1.875)
Adições permanentes		
Despesas indedutíveis	(47)	(190)
Outras adições permanentes	(7.646)	(7.157)
Exclusões permanentes		
Custo na emissão de ações	196	194
Outras exclusões permanentes	3.563	8.052
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>(17.944)</u>	<u>(976)</u>
IR e CSLL diferidos	(5.376)	2.722
IR e CSLL correntes	(12.568)	(3.698)
Total da receita (despesa) com IR e CSLL	<u>(17.944)</u>	<u>(976)</u>

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.440 (R\$21.597 em 2018) o qual, de acordo com as projeções da administração, serão utilizados em 2020.

(iii) Incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária do regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 01 de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0289/2019, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 10580.720550/2019-37. O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do aeródromo. A Companhia reconheceu montante de R\$ 7.432 em 31 de dezembro de 2019 referente à subvenção em conta de resultado.

25. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil aeronáutica	setembro/2020	2.935.034
Responsabilidade civil geral	março/2020	10.000
Risco de engenharia	dezembro/2020	693.204
Seguro de frota	janeiro/2020	1.500
Riscos operacionais (property) e terrorismo	dezembro/2020	1.118.303
Responsabilidade civil ambiental	março/2020	36.600
Performance bond	janeiro/2021	126.066
Seguro de vida	outubro/2020	1.240

Seguro riscos operacionais (property) e terrorismo (AIG Seguros)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 829.548 para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2020 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros. Também haverá cobertura para danos na estrutura e a terceiros em casos de

tumulto, greves entre outros riscos diversos. Na renovação ocorrida em 2019 os seguros de property e terrorismo foram unificados.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (XL CATLIN)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$36.600 com vigência até 23 de março de 2020 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (Allianz)

Seguro com cobertura de lesões corporais ou danos materiais causados por uma ocorrência em excesso à limitação da responsabilidade civil. Com vigência até 30 de setembro de 2020 com um limite de indenizações em caso de sinistro de R\$ 2.935.084.

Seguro performance bond (SWISS RE)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$ 126.066.O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2021.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	35.798	-	-	-	35.798
Provisão para manutenção técnica	-	654	9.789	-	10.443
Outorga da concessão a pagar	-	-	49.922	906.935	956.857
Financiamento	31.176	68.506	107.693	550.177	757.552
Total	66.974	69.160	167.404	1.457.112	1.760.650

c) Gestão do risco de capital

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Financiamentos	13	449.469	201.513
Outorga da concessão a pagar	17	340.814	304.016
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(206.122)	(159.180)
Menos: Fundo restrito	13 (iv)	(19.869)	(8.898)
Dívida líquida		<u>564.292</u>	<u>337.451</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.137.929</u>	<u>956.234</u>
Total do capital		<u>1.702.221</u>	<u>1.293.685</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>33</u>	<u>26</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição ao IPCA do instrumento financeiro relativo ao passivo da outorga da concessão para 31 de dezembro de 2019 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação no índice de preço ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do IPCA.

Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o IPCA aumenta em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes.

<u>Saldos</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Outorga da concessão a pagar	Aumento do IPCA	(151)

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro líquido básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	30.695	4.538
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>1.058.944</u>	<u>1.012.582</u>
Lucro líquido básico por ação e diluído - R\$	<u><u>0,029</u></u>	<u><u>0,004</u></u>

28. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reconhecimento de intangível relativo a passivo de outorga de concessão (Nota 10b)	-	11.589
Capitalização líquida de juros no ativo intangível	9.527	2.563
Aumento de capital	-	116.805
Provisão para pagamento de fornecedores da obra	-	15.389
Crédito de pis e cofins sobre bens corpóreos	70.202	

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

• **Aumento de capital**

Em 02 de abril de 2020 os acionistas, por unanimidade, aprovaram o aumento de capital da companhia em R\$ 21.657.184,37, mediante a emissão de 21.657.184 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação. Assim, o capital social passará de R\$ 1.129.386.405,51, dividido em 1.129.386.405 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.151.043.589,88, dividido em 1.151.043.589 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela Vinci Airports SAS.

• **Covid 19**

Em dezembro de 2019 foi descoberto um vírus na China, popularmente conhecido como Coronavirus (“COVID19”), com alto poder de contágio e letalidade, que rapidamente se espalhou pelo mundo, dando início a uma epidemia mundial, declarada como pandemia pela OMS - Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020.

Várias medidas de combate à proliferação desse vírus foram adotadas pelas entidades governamentais ao redor do mundo, tendo como principal procedimento o isolamento social, que gerou uma desaceleração da atividade econômica mundial em larga escala, devido a drástica queda no consumo de serviços e mercadorias.

Diante dessa situação, o setor aeroportuário mundial passa por uma crise estrutural e financeira devido à queda no volume de passageiros e aeronaves. A administração da Concessionária do Aeroporto de

Salvador está atenta aos impactos dessa crise e tomou todas as medidas possíveis para a manutenção de seu fluxo de caixa operacional, conforme plano abaixo demonstrado:

- Operação mantida para atendimento ao plano de malha mínima aeroportuária da ANAC para interligar o país, com redução das áreas ocupadas no terminal
- Renegociações contratuais com fornecedores e clientes com reduções de custos e flexibilização de prazos
- Austeridade no controle do contas a receber de forma a evitar inadimplência
- Adoção de medidas governamentais para flexibilizar o pagamento e desoneração da folha de pagamento e impostos
- Adoção de orientações do poder concedente com postergação de prazos e obrigações acessórias do contrato de concessão
- Manutenção de liquidez diária, com posição de caixa que garante sustentabilidade lidar com as dificuldades geradas pela crise
- Apresentar pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que prevê exigibilidade para eventos de força maior serem de responsabilidade do poder concedente, cujo entendimento já foi pacificado pela AGU – Advocacia Geral da União através de emissão de parecer específicos

Adicionalmente, face ao cenário apresentado, a Companhia mantém monitoramento constante sobre a evolução do tema, de forma a adotar medidas que mitiguem os impactos nas operações.

30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 08 de maio de 2020.
